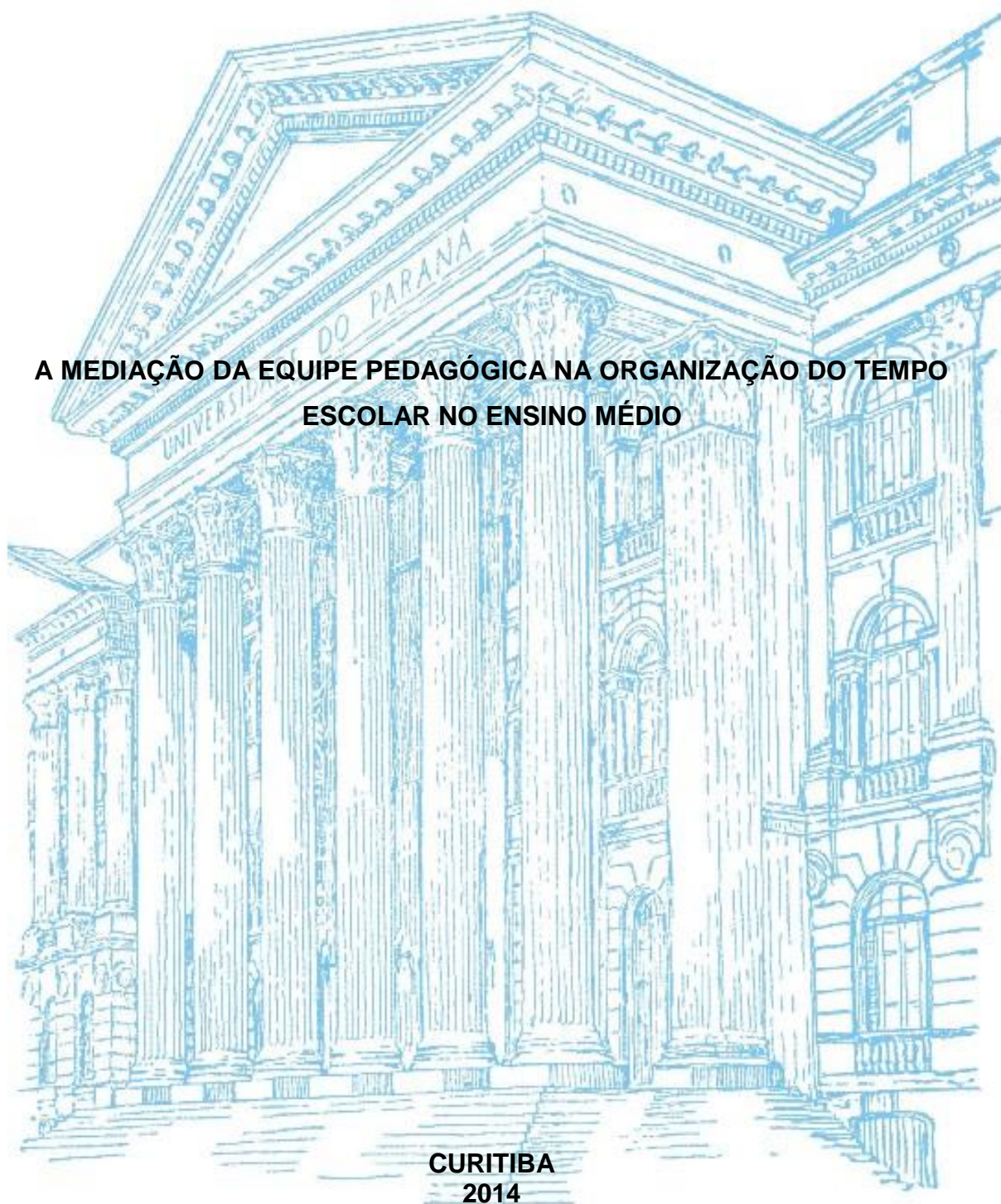


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSIMEIRE REINA BATISTA OLIVEIRA

**A MEDIAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA NA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO
ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO**



**CURITIBA
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

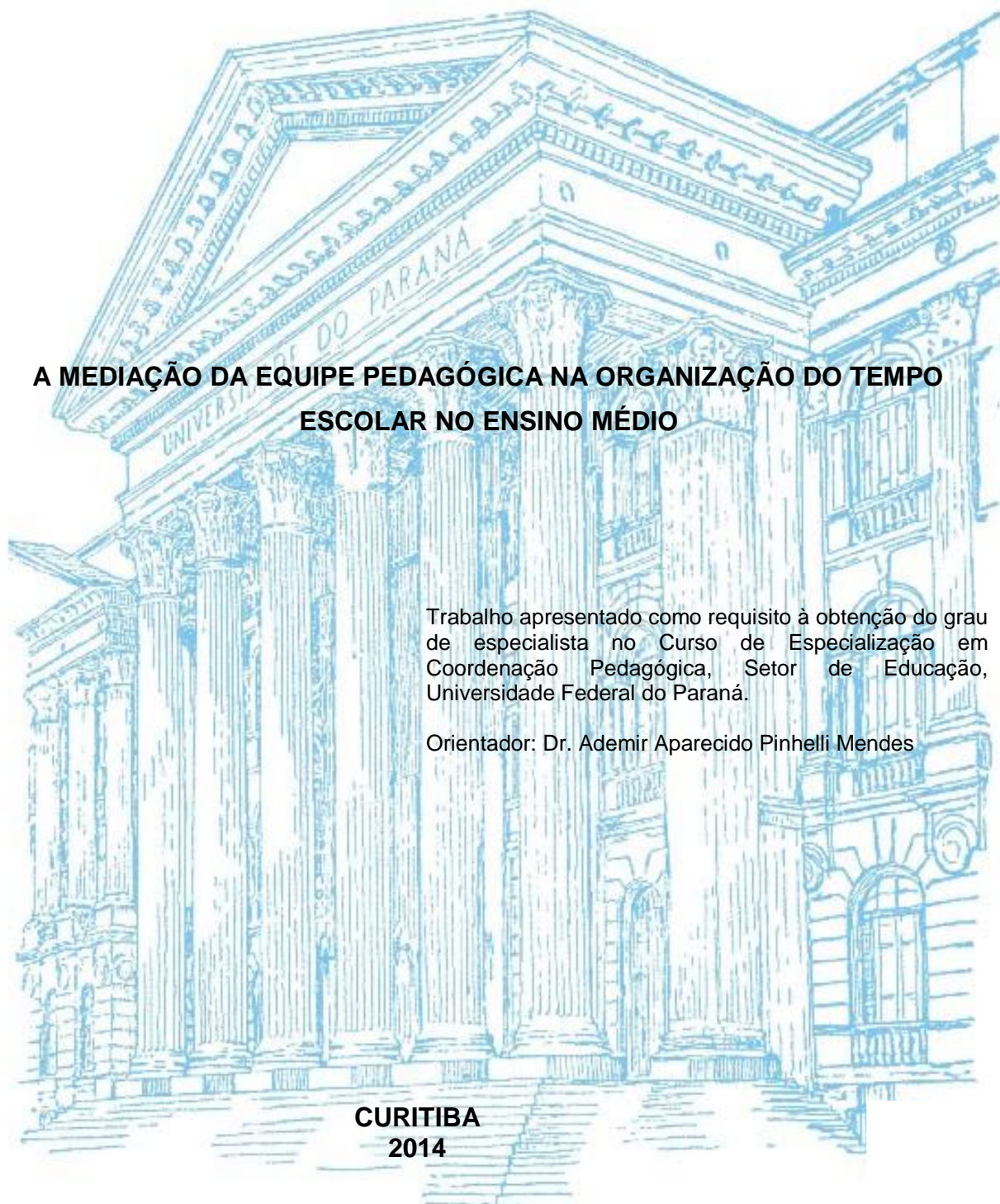
ROSIMEIRE REINA BATISTA OLIVEIRA

**A MEDIAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA NA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO
ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Dr. Ademir Aparecido Pinhelli Mendes

CURITIBA
2014



A MEDIAÇÃO DA EQUIPE PEDAGÓGICA NA ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

AUTORA: OLIVEIRA, Rosimeire Reina Batista¹

ORIENTADOR: MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli²

RESUMO

Dentre os inúmeros problemas que nos deparamos no cotidiano em uma escola pública, a questão do aproveitamento do tempo escolar está entre um dos que preocupa os docentes e até mesmo os discentes. Sabemos que se trata de um assunto complexo, uma vez que sua solução não depende, especificamente, de professores e pedagogos, nem tampouco dos alunos, depende de uma intercessão entre eles. A preocupação em relação ao tema nasceu de nossa convivência na escola, desenvolvendo a função pedagógica, a qual permite observar, de maneira muito próxima, como se dá o cotidiano de uma sala de aula. Resolvemos elaborar um trabalho junto a alunos, professores e equipe pedagógica de uma escola pública, localizada no município de Sarandi-Pr. que, sob a luz de fundamentações teóricas disponibilizadas na literatura atual por pesquisadores, em especial da área da educação, fundamentaram teoricamente essa pesquisa. Sabemos que se trata de um assunto inesgotável e, conseqüentemente, impossível tecermos uma conclusão definitiva sobre o mesmo. No entanto, os elementos pesquisados nos permitiram realizar possíveis considerações a respeito do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Aproveitamento do Tempo Escolar; Educação; Escola; Legislação.

Among the many problems we face in everyday life in a public school, the question of the use of school time is among one of the concerns teachers and even students. We know that this is a complex issue, since its solution does not depend specifically for teachers and educators nor students, depends on an intersection between them. Concern regarding the subject was born of our coexistence in school, developing the pedagogical function, which allows watching very closely, how is the daily life of a classroom. We decided to draw up a job with the alumni / teachers / and the teaching staff of a public school located in the city of Sarandi-Pr. that, in the light of theoretical predictions available in the literature, for researchers, especially in the area of education, theoretically substantiate this search. We know that it is an inexhaustible subject and therefore impossible may weave a definitive conclusion about the same. However, the elements surveyed allowed us to make possible considerations on the subject.

¹Acadêmica do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Psicopedagogia pela Uniderp-MS.

²Doutor em Educação Professor pela UFPR. Professor pesquisador do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal do Paraná.

KEYWORDS: Utilization of School Time; Education; School; Legislation.

INTRODUÇÃO

A escola, como espaço e tempo de construção do conhecimento, é um assunto bastante discutido entre estudiosos da educação nacional. Entre eles, destacamos Saviani (1984) e Garcia (1999), os quais têm a preocupação em pensar essa instituição, não apenas como um lugar onde os educandos passam uma considerável parcela de seu tempo, mas como um espaço valioso onde se concretiza o processo ensino-aprendizagem. Entretanto, fatores como aulas vagas, uso indiscriminado de aparelhos eletrônicos e o próprio desinteresse dos alunos pelas aulas interferem na rotina da escola, afetando a qualidade do ensino e, conseqüentemente, a aprendizagem do aluno, uma vez que o tempo para o efetivo trabalho pedagógico tem seu aproveitamento comprometido.

O que acontece para que o tempo pareça tão curto para dar conta das atividades pedagógicas ao longo do ano letivo? A escola atual está organizada de forma a propiciar o bom uso do tempo? A interação entre educadores e educandos está sendo construída de forma eficiente despertando o interesse nas aulas? Como a disseminação do uso da tecnologia entre os jovens está influenciando o rendimento escolar? A coordenação pedagógica está conseguindo mediar o uso deste tempo de forma favorável?

Com o intuito de responder a estas questões, realizamos nossa pesquisa de campo em uma escola estadual do município de Sarandi-Pr., com alunos do Ensino Médio (1º ao 3º ano), tendo como espaço amostral 90 alunos. A pesquisa envolveu, também, professores e equipe pedagógica. Em consulta ao Projeto Político Pedagógico do estabelecimento, identificamos uma comunidade escolar com renda média/baixa, acolhendo adolescentes com idades entre 15 e 17 anos, os quais necessitam inserir, logo cedo, ao mundo do trabalho a fim de contribuir para a melhoria da renda familiar. Por esse motivo, poucos alunos tem a perspectiva de frequentar uma graduação e o estudo do ensino médio da escola pública é geralmente seu único recurso preparatório para o vestibular.

A maioria dos estudantes reside no bairro onde está localizada a escola e os demais, em bairros circunvizinhos, cuja infraestrutura é carente de saneamento

básico, asfalto, áreas de lazer, enfim, locais de difícil acesso, em especial nos períodos de chuva.

O grau de instrução da maioria dos pais é o ensino fundamental, os quais exercem as mais variadas profissões, tais como pintor, costureira, vendedor, pedreiro, diarista, etc. Com uma renda familiar que varia entre um a três salários mínimos. A maioria escolheu a escola pela proximidade da residência e pelo interesse em manter seus filhos longe de locais permeados por violência como, por exemplo, o tráfico de drogas.

O corpo docente do Ensino Médio é composto por professores pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério (QPM) e contratados pelo Regime Seletivo Simplificado (PSS). Destes, 98% possui formação superior e 2% está em fase de conclusão.

As informações com os alunos foram coletadas em sala de aula, em momentos de aula vaga. Com os professores foi realizada na sala dos professores, no momento de hora atividade, e com os pedagogos foi realizada durante uma reunião pedagógica.

Considerando o fato de que a questão do aproveitamento do tempo escolar intriga educadores, pais e até mesmo alunos, este trabalho tem o objetivo de estudar e compreender como está organizado o tempo escolar no Ensino Médio, quais fatores interferem na sua qualidade, bem como o papel da coordenação pedagógica nesta organização. Para alcançar esse objetivo, trilhamos por caminhos que nos permitiram:

- a) Investigar as formas de organização do tempo escolar na história;
- b) Analisar o tempo escolar sobre a ótica da sociedade capitalista antagônico a visão de espaço de democracia;
- c) Identificar a organização do tempo na concepção de educadores, educandos e coordenadores pedagógicos da escola estudada;
- d) Pesquisar o tempo escolar na legislação educacional brasileira;
- e) Localizar o tempo escolar na concepção do Projeto Político Pedagógico da escola investigada;

Cientes de que essa busca não teria uma conclusão definitiva, uma vez que, quando se trata de educação, os assuntos são bastante subjetivos e, portanto, inacabáveis, primeiramente buscamos um referencial teórico que fortalecesse nossa compreensão teórica sobre o tema.

O referencial teórico eleito por nós constituiu-se no passo inicial na construção real de um protocolo de investigação, uma vez que nos auxiliou na escolha de um método mais apropriado para o desenvolvimento da pesquisa, proporcionando um conhecimento de suas variáveis, garantindo sua autenticidade.

O próximo passo foi a realização da pesquisa de campo, a qual nos permitiu verificar, na prática, como se processa o tempo escolar e quais fatores influenciam ou não em utilização efetiva. Utilizamos a pesquisa qualitativa, apoiando-nos nas considerações de Lüdke e André (1986), os quais orientam que a mesma tem a preocupação em analisar e interpretar os dados em seu conteúdo psicossocial, considerando que há uma relação de movimento entre o mundo real e o sujeito, isto é, uma conexão entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser reduzida apenas a números.

Na pesquisa qualitativa, a compreensão dos fenômenos e a atribuição de significados são substanciais. Ela é descritiva, não sendo necessária a utilização de métodos e técnicas estatísticas, onde o pesquisador procura analisar os dados indutivamente no ambiente natural. O processo e seu significado são os pontos principais de abordagem, oferecendo assim, contribuições em diferentes campos de estudo como, por exemplo, à Antropologia, à Sociologia, à Psicologia e, neste caso, à Pedagogia (ASSIS, 2014).

Quanto aos instrumentos de pesquisa utilizados, ou seja, a maneira pela qual são obtidos os dados necessários para a elaboração da pesquisa, utilizamos a pesquisa documental, onde foram analisados documentos da escola como o projeto político pedagógico, o regimento escolar e documentos da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná como Pareceres, Deliberações e Instruções, enfim, documentos que nos possibilitaram uma visão, mesmo que substancial, da organização do tempo escolar.

Recorrendo a Lüdke e André (1986), verificamos que as fontes escritas são, quase sempre, a base do trabalho de investigação, pois possibilitam a análise de documentos contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. A análise documental revela uma técnica importante na pesquisa qualitativa, pois pode complementar informações obtidas por outras técnicas, bem como apontar aspectos novos de um tema ou problema.

Houve a necessidade de complementar a coleta de dados por meio de questionários, uma vez que esta técnica proporciona vantagens como: economia de

tempo, obtenção de um grande número de dados, alcance de um grande número de pessoas simultaneamente, abrangendo uma área geográfica ampla, obtém respostas rápidas e precisas, possibilitando liberdade em razão do anonimato, contribuindo com respostas que materialmente seriam inacessíveis (LAKATOS e MARCONI, 2003).

Finalmente, relacionamos a teoria à prática observada, para então, traçarmos algumas considerações sobre o assunto pesquisado.

1 AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR NA HISTÓRIA

A fim de traçar considerações a respeito do tempo escolar, o primeiro caminho nos levou a estudar autores como Garcia (1999), o qual destaca que o estudo das formas de como se distribui e organiza o tempo na escola de hoje torna-se mais fecundo quando se busca compreender, também, suas raízes na história. A autora mostra a partir do ponto de vista pedagógico, que a seriação, o ritmo, a sucessão de atividades, a rotina e todos os elementos temporais que marcam a cultura da escola são elementos comuns encontrados nas mais diferentes salas de aula.

Os apontamentos de Garcia (1999) nos levaram a perceber que uma análise sócio-histórica pode mostrar quais momentos foram decisivos para a evolução escolar. Na Antiguidade a criança aprendia em seu próprio ritmo, na temporalidade do ambiente familiar, os valores e o conhecimento eram transmitidos dos pais para os filhos. Com o surgimento de sociedades mais complexas aparece a necessidade da figura do professor, profissional especialista na tarefa de repassar conhecimento. Geralmente esses profissionais eram exclusivamente contratados por famílias com melhores condições financeiras em regime particular. Esses profissionais começaram então, a organizar suas aulas em espaços improvisados, recebendo uma quantia de cada aluno componente da turma. Especialmente com a chegada da Idade Moderna e a formalização da educação, a aprendizagem passa a ser definida por horários e períodos, marcada por relógios e sinetas presentes desde o século XV. Surge então, a organização de currículos, a divisão das fases do ensino e matérias a serem estudadas. Segundo as pesquisas de Garcia (1999), a divisão de

dias em horários, juntamente com a separação dos educandos em graus, se justificava pela preocupação dos pedagogos e jesuítas do século XVI em atender ao grau de desenvolvimento da criança e do adolescente.

Petit (1993) contribuiu significativamente para compreendermos o assunto em questão. Segundo ele, é possível estabelecer uma relação entre a temporalidade específica dos colégios, que foram criados e multiplicados no período da Renascença à Revolução Industrial, em particular, na França e em Genebra, com as modificações nas noções de tempo ocorridas nestes períodos. Originalmente, os colégios foram criados para atender estudantes sem recursos, pois os agrupava em lugares onde havia alimentação e alojamento. Com o tempo, os colégios se transformaram em estabelecimentos de ensino, substituindo o antigo costume de o aluno ir individualmente até os professores pelo novo formato dos mestres que iam até aos discentes, agora agrupados.

Assim, os cursos livres da Idade Média cederam espaço para a graduação sistemática rigidamente ordenada em graus e classes. O tempo do relógio acaba tornando-se o tempo da ciência, impregnando-se nas atividades sociais com o objetivo de medir, regular, fixar, sincronizar. Os educandos são agora orientados por um tempo limitado para assimilar as matérias, apresentar trabalhos, realizar as provas, etc.

Em Najmanovich (2001) buscamos elementos significativos para compreendermos questões referentes à padronização das práticas cognitivas, reveladas pelo ensino disciplinador da modernidade. Seus escritos revelaram os valores de homogeneidade, padronização, uniformização, precisão, exatidão e ordens lineares. Da disposição dos bancos até a marcação do tempo de trabalho e descanso, estipulado para todos no espaço-tempo de cada aula, fica evidente a impressão destas marcas, estabelecidas a partir dos objetivos da epistemologia positivista. Podemos observar marcas desta padronização na fala do aluno "A": "[...] 50 minutos de aula não são bem aproveitados, pois as aulas são poucas e divididas, são "quebradas" ao longo da semana e não dá tempo do aluno entender, pois tem matéria que é mais difícil [...]" (ALUNO A).

2 O TEMPO ESCOLAR SOBRE A ÓTICA DA SOCIEDADE CAPITALISTA X ESCOLA COMO ESPAÇO DE DEMOCRACIA

Refletindo ainda sobre o tempo escolar, encontramos em Enguita (1989), a ideia de que o objetivo da escola é dispor do tempo e da capacidade do aluno manifestado no controle que o professor faz sobre os horários, de modo que o tempo escolar esteja sempre ocupado. Este tipo de organização vai além da questão da otimização do tempo em sala de aula, revela, portanto, o caráter disciplinador. Nessa linha de pensamento, entendemos que as coordenadas espaços-temporais das aulas foram guiadas por um modelo baseado no estudo reprodutivo, de acordo com as necessidades sociais de uniformização e disciplinamento dos sujeitos.

Outros autores que observaram o cotidiano das escolas foram Poubel e Moura (2009), os quais perceberam a constante agitação por parte dos alunos e a busca incessante do silêncio por parte do professor. Realizaram então um trabalho, na tentativa de encontrar caminhos que respondessem à questão: quanto tempo se “perde” numa sala de aula? Chegaram a uma constatação bastante preocupante: nossa intenção de professor bate de frente com as intenções carregadas pelos alunos. Dificilmente os educandos enxergam o conhecimento como algo que é constantemente produzido. Eles percebem o conhecimento como algo pronto e acabado no qual ele é obrigado a se apropriar. Além disso, este conhecimento de acordo com Poubel e Moura:

[...] se apresenta fragmentado e aprisionado em disciplinas escolares que seguem “receituários” de bolo; que não levam em consideração os diferentes sujeitos que vivenciam os espaços/tempos da sala de aula e os saberes que trazem consigo ao longo de suas histórias carregadas de sentidos e aprendizagens (2009, p. 41).

Com essas palavras, os autores esclarecem que a forma de conhecimento concebido pela modernidade não consegue responder aos anseios colocados pela sociedade atual, sendo necessário lançar novos olhares para formas de se pensar o conhecimento, formas de ensinar e de aprender, bem como as políticas que orientam os processos educativos.

Isso fica evidente quando analisamos a fala da pedagoga “A” ao ser questionado de que forma poderia colaborar com o trabalho do professor:

[...] Interferir no trabalho do professor não é tarefa fácil, para alguns há ainda uma grande resistência em aceitar a colaboração do pedagogo, mas muitas atividades trabalhadas pelo professor precisam ser ajustadas como, por exemplo, a árdua tarefa da “cópia” pela “cópia”, que a meu ver é uma forma de matar o tempo do aluno [...] (Pedagogo A)

A fim de enriquecer esse diálogo, buscamos as ideias de Gentili (1996), o qual ressalta que os ideais neoliberais capitalistas interferem diretamente na educação, quando defende a otimização do tempo e redução dos gastos públicos, reforçando questões relacionadas à fragmentação e compressão no aproveitamento do tempo em sala de aula. O neoliberalismo orienta um processo de construção da hegemonia da classe dominante que se efetiva como um conjunto de reformas concretas no plano educacional, ajudando esta classe na manutenção do poder, utilizando-se da exclusão e da antidemocracia, deixando os menos favorecidos cada vez mais distantes da sua emancipação.

Quanto ao direito a uma educação de qualidade, o autor destaca que o neoliberalismo entende-o como algo que deve ser concedido a quem tiver condições financeiras para dela tomar posse, não sendo, portanto, direito de todos. E vai além, alerta-nos sobre:

[...] a estratégia do neoliberalismo em transferir a educação da esfera política para a esfera do mercado, contestando assim seu caráter de direito, convertendo-a a sua condição de propriedade, dando um novo sentido a noção de cidadania, reforçando o valor da ação do indivíduo enquanto proprietário, conquistando (comprando) mercadorias diversas, inclusive a educação (GENTILI, 1996, p.20-21).

Sob essa ótica, os alunos passaram a ser concebidos e tratados como indivíduos uniformes e não como pessoas diferentes, sensíveis e criativas. O

espaço-tempo da aula foi estabelecido por uma visão “pan-ótica” pelo mestre, no qual os alunos são indivíduos passivos que devem cumprir seu papel de engrenagem do grande dispositivo mecânico que permite que obtenham sua “cópia” do conhecimento socialmente legitimado (NAJMANOVICH, 2001).

Nesta perspectiva, observamos a organização do tempo escolar numa concepção da escola concebida como empresa, onde as características principais são: estrutura formalizada e hierárquica centralizada sob o comando do Ministério da Educação; divisão do trabalho e especialização precisa de cargos e funções; eficiência na produtividade organizacional (maximização do lucro ao menor custo possível); determinação da melhor forma de executar tarefas (conceber o mesmo manual e método pedagógico como ideal para todos estudantes); trabalho executado individualmente (onde cada professor modela individualmente uma parte do educando).

A escola, vista como empresa, tem como objetivo a uniformização dos processos, métodos, tecnologias, espaços e tempos numa perspectiva de linha de montagem onde o aluno é a matéria prima a ser moldada. Para isso utiliza a estratégia de agrupamentos rígidos, uniformidade na organização dos horários e dos espaços educativos, ignorando a diversidade dos alunos com características muito diferentes. Este modelo organizacional almeja aplicar a rapidez e eficiência atribuída do mundo empresarial ao mundo escolar (FRAGA, 2010).

É importante destacar que, ao mesmo tempo em que observamos esta concepção do tempo escolar arraigado ao ponto de vista neoliberalista, este mesmo espaço é marcado por uma tensão em que o sujeito/aluno subverte essa lógica, quando se levanta, vira de lado, se espreguiça na carteira ou “mexe” com um colega, procurando a sua forma de se ajustar ou não a esta concepção (POUBEL E MOURA, 2009).

Ademais, as relações que são travadas e tecidas dentro e fora do espaço escolar nos arremetem a considerar um conjunto amplo e complexo, onde a atitude do professor e dos alunos ultrapassam as paredes da sala de aula, construindo funções que se conectam aos sujeitos, estabelecendo papéis sociais.

O educador que demonstra sempre uma postura rigorosa em sala de aula será avaliado, por parte dos educandos, escapando-lhe o controle, podendo construir uma imagem positiva e/ou negativa. Portanto, uma escola não é apenas um espaço geométrico definido, mas sim, um espaço que pode ser transformado

pelas ações dos sujeitos históricos ali presentes. As práticas discursivas podem transformar lugares em espaços e vice-versa.

A escola vista como espaço de democracia, baseada nos estudos de John Dewey 1896 – 1966 demonstra uma menor atenção à dimensão formal e estrutural das organizações, focando a valorização dos indivíduos e suas relações. Considera importantes os comportamentos informais, substituindo o estudo atento das tarefas e normas pelo estudo do comportamento humano, visando às necessidades, motivação, satisfação e liderança.

Dewey defende a ideia da liberdade para a construção da criatividade. Critica a escola tradicional que, em nome de uma artificial imobilidade silenciosa, premiava a passividade. Afirma que se o docente conseguir o silêncio, imobilidade e obediência de forma forçada, isso impediria o discente de revelar sua real natureza. A escola tradicional criava uma uniformidade artificial e por trás dessa fachada de obediência, caminham despercebidos pensamentos, imaginações, desejos e atividades escamoteadas e, somente quando um ato de rebeldia ocorre é que o docente descobre isso, demonstrando surpresa.

Os trabalhos de Dewey mostram uma visão harmoniosa e consensual da organização, através de uma pedagogia personalizada, onde a escola é vista como uma sociedade em miniatura. Embora haja críticas que podem recair sobre os estudos de Dewey, de que, na verdade, via o trabalhador como detentor de sentimentos no sentido de visar empregados psicologicamente satisfeitos, gerando, portanto rendimento máximo é inegável que sua filosofia da educação contribuiu para a ideia de uma sociedade democrática na qual há partilha de descobertas, expressão e de conhecimento. Observamos a fala do aluno “B”: “[...] As aulas rendem mais quando o professor tem interesse em conhecer seu aluno, quando utiliza aulas mais dinâmicas com atividades onde haja uma interação entre o professor e aluno [...]” (ALUNO B)

3 O TEMPO ESCOLAR NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Nessa mesma linha de pensamento, Poubel e Moura (2009) destacam a importância de pensar nas necessidades que os professores assumem ao entrar em sala de aula, trazendo consigo uma lógica temporal. Eles precisam dar aula, passar

a matéria, passar exercícios e corrigi-los e, para tanto, precisam enquadrar os educandos num processo de disciplinamento que resulta num perfil de atitude escolar.

As ideias desses autores nos fortaleceram quanto à organização do tempo escolar e nos arremeteram a buscar, na legislação nacional, amparo legal para a efetivação desse processo. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), o estabelecimento do tempo escolar fica a cargo das escolas, as quais têm liberdade para organizá-los. Assim, a referida Lei fixa apenas normas gerais.

Idealizada num período que sofria ainda as lembranças do regime militar opondo-se ao movimento dos educadores que lutavam pela democratização do acesso e permanência dos mais pobres à educação formal, a LDB 9394/96, a partir do Plano Nacional de Educação (PNE), determinou metas para a educação no país durante uma década, onde o governo federal orientou a ampliação progressiva da jornada escolar, visando expandir a escola em turno único, com exceção do ensino fundamental noturno e formas alternativas de ensino. Dessa forma, podemos concluir que a LDB valoriza a permanência do educando na escola, aumentando, inclusive, as exigências de frequência. Na legislação anterior, o aluno com frequência de até 60% era promovido, mas, pela LDB de 1996, a frequência de 75% tornou-se obrigatória para todos do ensino fundamental e médio. Além disso, instituiu o aumento do ano letivo de 180 para 200 dias.

Pela lei de Diretrizes e Bases então, as escolas devem cumprir 200 dias letivos anuais, distribuídos em dois semestres. Totalizando, no mínimo 800 horas, ou seja, 48.000 minutos (800 horas X 60 minutos). Nesses 48.000 minutos não estão inclusos os exames de final de ano, intervalos e nem os recreios, que são contabilizados à parte. As reuniões de planejamento e outras atividades dos professores sem a presença do estudante também não fazem parte dos 200 dias letivos.

Mas o que é considerado um dia letivo? É aquele programado para a aula, não importa a quantidade de alunos presentes. Mesmo que haja apenas um aluno em sala, o professor deve dar o conteúdo previsto e as pessoas ausentes levam faltas. A turma tem todo direito à atividade que estava agendada. Se por algum motivo não houver aula, a escola necessita repor o período suspenso no mínimo até atingir os 200 dias estabelecidos por lei. As secretarias estaduais de educação, somente em casos emergenciais, podem anular a obrigatoriedade dos 200 dias, isto

porque a LDB prevê adaptações do calendário escolar de acordo com peculiaridades locais ou até climáticas. Cabem aqui, casos de catástrofes naturais ou epidemias infectocontagiosas como a gripe A, por exemplo. Grande parte dos educadores defende que o importante é que a escola priorize o ensino do conteúdo programado aos discentes nesses 200 dias e que os pais sejam informados sobre a forma de como serão feitas as reposições. (COSTA, 2009).

O fato é que encontramos, na LDB, citações sobre a questão do tempo no sentido de quantidade, porém, não há referências no sentido da garantia da qualidade no investimento desse tempo. E, não raro, observarmos educadores, ao se aproximar o fim do ano, comentarem que o tempo passou rápido demais:

[...] Não consigo desenvolver meu trabalho da forma como o tempo está organizado, pois houve redução de carga horária no Ensino Médio em algumas disciplinas, mas não houve readequação de conteúdos. O professor tem um “oceano” de conteúdos para vencer somadas as questões burocráticas que precisa realizar [...] (PROFESSOR A)

Segundo Saviani (1984) o objetivo maior da escola é propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência). Esse saber é o que deve sustentar o currículo da escola elementar. As atividades da escola, portanto, devem-se organizar a partir dessa questão.

Considerando o tema central da pesquisa, o aproveitamento do tempo escolar, recorreremos novamente a Saviani (1984), a fim de verificar o que o autor pensa a respeito. Ele exemplifica algumas situações que interferem no aproveitamento do tempo escolar, tais como as inúmeras datas comemorativas que deixam à deriva, o tempo destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados, tornando as atividades curriculares que deveriam ser a razão da escola, em atividades acessórias. Segundo o autor:

Não é demais lembrar que esse fenômeno pode ser facilmente observado no dia a dia das escolas. Dou apenas um exemplo: o ano letivo começa na segunda semana de fevereiro e já em março temos a Semana da Revolução, em seguida, a Semana Santa; depois, a Semana do Índio, Semana das Mães, as Festas Juninas, a Semana do Soldado, Semana do Folclore, Semana da Pátria, Jogos da Primavera, Semana da Criança, Semana da Asa etc., e nesse momento já estamos em novembro. O ano letivo encerra-se e estamos diante da seguinte constatação: fez-se de tudo na escola; encontrou-se tempo para toda a espécie de comemoração, mas

muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. (SAVIANI, 1984, p.16).

As atividades descritas por Saviani são chamadas por ele de secundárias, portanto não fazem parte da essência da escola, sendo extracurriculares. Elas só terão sentido se puderem colaborar para o enriquecimento das atividades curriculares próprias da escola, não devendo jamais prejudicá-las, nem substituí-las:

[...] Passo boa parte do meu tempo preenchendo diários de classe, fazendo e planejamentos, participando de eventos extras como concursos de redação, olimpíadas “X” e “Y”, simulados propostos pela Secretaria de Educação como ENEM, SAEP, PROVA BRASIL, avaliações, recuperações paralelas, mais os cursos de formação continuada que preciso participar... Desse jeito teremos cada vez mais uma classe doente [...] (PROFESSOR B).

Outro elemento importante destacado por Saviani (1984) é a questão da escola pública que, em nome de um conceito ampliado de currículo, tornou-se uma agência a serviço de interesses corporativistas ou clientelistas. Muitas vezes a escola pública acolhe diferentes tipos de profissionais com cunho assistencialista (dentistas, nutricionistas, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, etc.), desviando-se do seu papel essencial que é a democratização do conhecimento. Observando o relato dos pedagogos colhido na forma de questionário, percebemos que o mesmo reforça este pensamento quando enfatizam que passam boa parte do tempo driblando empresas que procuram ter acesso à escola para venda de fotografias, formaturas, cursos de língua estrangeira, informática e profissionalizantes, lembrancinhas para o dia das mães e datas afins, dicionários e livros diversos, ingressos para circo, até a divulgação de concursos de beleza.

Nesse sentido, se a equipe pedagógica abre espaço para o comércio dentro da escola, ela deixa de cumprir sua principal função que é a transmissão do conhecimento e pelo que percebemos muitas das vezes é o único espaço onde nossos educandos tem a oportunidade de se apropriarem do conhecimento científico.

4 O TEMPO ESCOLAR NO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA INVESTIGADA

Diante dessas reflexões, questionamos a maneira como a escola poderia organizar o currículo, a fim de atingir os objetivos propostos. Com base nessas reflexões, Saviani (1984) revela a necessidade de uma retomada dos chamados clássicos que permite a transmissão-assimilação do saber sistematizado, onde

Este é o fim a atingir. É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. E aqui nós podemos recuperar o conceito abrangente de currículo: organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria (SAVIANI, 1984, p. 17).

Para tanto, ao realizarmos a pesquisa documental, recorremos ao Projeto Político Pedagógico da escola, o qual define questões referentes ao calendário escolar, destacando:

O calendário escolar está elaborado de acordo com as normas determinadas pela Secretaria de Educação, sendo o início e término do período letivo determinado mediante acordo entre secretaria de educação do município e escolas estaduais, visando à unificação dentro do município facilitando o trabalho burocrático e também o transporte escolar (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2012).

Outro documento importante que contém dados sobre a organização do calendário escolar é a Deliberação nº 002/02 em seu art. 1º que delibera:

Considera-se efetivo trabalho escolar a ação organizada, racional, planejada e histórica, que busca sua eficácia no desenvolvimento do educando como pessoa, cidadão e trabalhador (DELIBERAÇÃO nº 002 de 2002).

Esta Deliberação descreve, ainda, que são consideradas como efetivo trabalho escolar as reuniões pedagógicas, os dedicados ao trabalho docente organizado assim como os dias de aperfeiçoamento, desde que não ultrapassem 5% do total de dias letivos estabelecidos em lei, ou seja, dez dias no decorrer do ano letivo. Fica ainda definido que o estabelecimento deverá organizar o ano letivo de modo a garantir às oitocentas horas de efetivo trabalho escolar previstas em lei,

cabendo aos órgãos do Sistema Estadual de Ensino verificar na proposta de calendário escolar, a obediência às normas dessa Deliberação.

Mediante a necessidade de orientar as instituições pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino referente ao calendário escolar, foi emitida a Instrução nº 004/2013 – SEED/SUED considerando a Lei 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e suas alterações; a Lei Complementar Estadual nº 103/2004 que instituiu o Plano de carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica; a Deliberação nº 02/002-CEE/PR que inclui, no período letivo, dias destinado às atividades pedagógicas; o Parecer CNE nº 21/12; o parecer CEE/PR nº 03/13 que dispõe sobre os fundamentos para a elaboração do Calendário Escolar 2014; a Resolução que definiu o Calendário Escolar - 2014. Esta instrução reforça a determinação do mínimo de oitocentas horas, distribuídas no mínimo de duzentos dias letivos, definindo ainda as datas de semana pedagógica, planejamento, replanejamento, formação continuada, início e término das aulas e dos semestres, férias para alunos e professores, recesso remunerado para professores, período destinado aos jogos da Copa do Mundo e feriados.

O documento esclarece, ainda, que para que sejam considerados dias letivos os destinados à reunião pedagógica, semana pedagógica e formação continuada as instituições deverão observar o atendimento da oferta de oitocentas horas, devendo ser realizada complementação de carga horária no caso de haver prejuízo da mesma. A Semana de Integração Escola/Comunidade deverá considerar dias e horas letivas, pois contará com a presença de alunos e respectivos professores. No caso de interrupção no desenvolvimento do ano letivo programado, independente de qual for a razão, deverá ser providenciada a devida reposição dos dias não trabalhados, a fim de atender o mínimo previsto em lei, contando com a presença física do educando e educador. O documento declara ainda, que é de responsabilidade da equipe diretiva, pedagógica e docentes da instituição de ensino, cumprir o calendário escolar no que se refere aos dias letivos e à carga horária (Instrução nº 004/2013 – SEED/SUED).

Já o Regimento Escolar em seu artigo 34, parágrafo XI salienta que compete à equipe pedagógica organizar a hora-atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico. Em seu parágrafo XXXIII destaca que a equipe pedagógica deve organizar e acompanhar, juntamente com a direção, as reposições de dias letivos,

horas e conteúdos aos discentes bem como no parágrafo XLII onde deve acompanhar a frequência escolar dos educandos, contatando as famílias e encaminhando-os aos órgãos competentes, quando necessário.

Aos docentes o Regimento Escolar em seu artigo 36, parágrafo VI afirma que compete proceder à reposição dos conteúdos, carga horária e/ou dias letivos aos educandos, quando se fizer necessário, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno. No parágrafo XIII compete zelar pela frequência do aluno à escola, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica e no parágrafo XIX compete cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos, horas-aula e horas-atividades estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos de planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional.

O artigo 146 do mesmo Regimento estabelece que o calendário escolar seja elaborado anualmente, conforme normas emanadas da SEED-PR, pelo estabelecimento de ensino, apreciado e aprovado pelo Conselho Escolar e, após, enviado ao órgão competente para análise e homologação, ao final de cada ano letivo anterior à sua vigência.

Já o artigo 164, parágrafo XIII afirma que é dever dos docentes, equipe pedagógica e direção informarem aos pais e responsáveis sobre a frequência e desenvolvimento escolar obtidos no decorrer do ano letivo; o parágrafo XVI fala sobre cumprir e fazer cumprir os horários e calendário escolar; o parágrafo XVII disserta sobre o proceder à reposição dos conteúdos, carga horária e dias letivos aos alunos quando se fizer necessário a fim de cumprir o calendário escolar resguardando prioritariamente o direito dos educandos; o parágrafo XVIII afirma que o profissional deve ser assíduo, comparecendo pontualmente ao estabelecimento de ensino nas horas efetivas de trabalho e, quando convocado, para outras atividades programadas e decididas pelo coletivo da escola; já no parágrafo XIX o profissional deve comunicar, com antecedência, eventuais atrasos e faltas. Observamos a fala de um pedagogo:

[...] O que mais dificulta o meu trabalho é o grande número de faltas de alguns alunos que proporcional ao tempo de aula caracteriza defasagem de conteúdo. Há também um número elevado de aulas vagas devido a falta dos professores que trazem atestado médico e portanto estão amparados por lei. A forma da reposição efetiva

dessas aulas vagas não está claramente determinada nos documentos que regem este assunto [...] (PEDAGOGO B).

5 A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NA CONCEPÇÃO DE EDUCADORES, EDUCANDOS E COORDENADORES PEDAGÓGICOS

Algumas fragilidades são visivelmente reveladas no sistema de ensino, tais como: a dificuldade do cumprimento do calendário escolar, o aproveitamento do tempo em sala para a efetivação do conteúdo, outras, porém, buscamos verificar junto aos educandos na pesquisa empírica.

Verificamos, por exemplo, a possibilidade que o aluno tem em desenvolver suas atividades de maneira satisfatória da forma como o tempo escolar está organizado. Do total de respostas, 92% afirmou não conseguir desenvolver todas as suas atividades dentro do tempo escolar. A resposta do aluno “A” resume essa insatisfação: “Não, 50 minutos não são suficientes, pois perdemos muito tempo com o entra e sai na sala, troca de professores. Até todo mundo se acomodar em sala é muito tempo perdido, chamando a atenção. Muita falta de interesse dos alunos” (ALUNO A).

Observamos que 5,7% dos alunos afirmou ser possível realizar as atividades dentro do tempo proposto, resposta ilustrada pela aluna “B”: “Sim, mas não pode deixar se envolver nas conversas, pois fica distraído com as trapalhadas de uns e outros”, e 2,3 % dos alunos simplesmente não responderam a questão.

É importante observar que mesmo os que responderam afirmativamente, dizendo que o tempo é suficiente, elencaram a “bagunça” feita por alunos desinteressados como fato negativo para efetivação do trabalho escolar no tempo predisposto, antecipando a próxima questão, a qual se refere aos elementos que dificultam e os que facilitam o aproveitamento do tempo no cotidiano da sala de aula.

Entre as dificuldades citadas, 22% referiram-se às conversas paralelas durante a aula, 17% as brincadeiras entre os alunos (como jogar bolinha de papel, por exemplo), 14% os aparelhos eletrônicos utilizados inadequadamente, 13% a metodologia utilizada pelo professor, 10% citaram o desinteresse dos educandos, 8% registraram o alto número de alunos por sala, 7% enfatizaram a curta duração

das aulas, 5 % atribuíram ao desrespeito por parte dos alunos e 4% sugeriram que é a falta de professores (aulas vagas).

Entre as respostas, destacamos a do aluno “C”: “[...] alunos que fazem muita bagunça, que chegam depois do horário, que atrapalham as explicações dos professores [...]” (ALUNO C); e a do aluno “D”: “[...] conversas muito altas, professores que não explicam bem, celulares tocando, fone de ouvido, [...]” (ALUNO D).

Sobre o tempo estabelecido para cada aula, Poubel e Moura (2009) afirmam que reduzir uma aula a uma medida numérica, seja 50 minutos ou qualquer outra, pode ser perigoso, pois os professores precisam lidar com muitas situações diferentes neste espaço e tempo. Recorrem ao uso de táticas e estratégias como instrumento para impor sua autoridade em sala, a fim de obter o silêncio e conseguir dar andamento na sua aula. Os educandos se distraem facilmente por motivos banais que estão acontecendo num tempo e espaço definido, além das atividades extracurriculares que tomam certo tempo das aulas. Tais apontamentos destacam o papel da coordenação pedagógica contribuindo para a organização da rotina da escola de modo a aperfeiçoar a gestão do tempo em favor da aprendizagem. Destacamos:

[...] O que dificulta o aproveitamento do tempo no cotidiano da escola é a indisciplina, falta de limites e perspectivas por parte dos alunos, as leis são muito frouxas. Penso que o pedagogo deva ajudar o professor a desenvolver um bom planejamento acompanhado de uma boa didática a fim de que possam somar esforços para a garantia de um rendimento mais satisfatório [...] (Pedagogo C).

Com relação aos fatores que facilitam a aprendizagem, 36% citou o interesse do aluno pelas aulas, outros 36% a qualidade da metodologia do professor, 15% a organização da rotina escolar, 11% ao respeito entre professor e aluno e 2% ao uso de livros didáticos de boa qualidade.

Respostas como: “Reorganização rápida nas trocas de aula, tanto da parte dos professores, mas também dos alunos” (ALUNO D) e “Professores que tentam explicar de forma diferente, [...] como no laboratório que desperta mais conhecimento” (ALUNO E), ilustram essa questão.

Foi questionado, também o conhecimento de documentos que estabelecem o mínimo de quantidade e de qualidade do uso do tempo escolar. Contabilizamos

que 84% dos alunos alegou desconhecer estes documentos e apenas 16% sabia de sua existência, porém, não foram capazes de denominá-los.

Diante dessas fragilidades, podemos repensar como as ações da equipe pedagógica podem contribuir na organização do tempo e do espaço escolar, proporcionando momentos de reflexão frente ao processo ensino-aprendizagem, melhorando as estratégias educacionais.

No questionário a eles aplicado, a maioria absoluta constatou que não consegue desenvolver seu trabalho de maneira satisfatória da forma como o tempo escolar está organizado. Quanto aos motivos que interferem em seu trabalho, 27% referiram-se à falta de professores (aulas vagas), 27% à disponibilização de tempo para o atendimento às situações de indisciplina dos alunos, 19% ao atendimento a alunos que se machucam ou passam mal. 9% ao atendimento aos pais e outros (como vendedores de livros, cursos, fotógrafos, etc.), 9% ao número excessivo de alunos por sala e os outros 9% ao desinteresse dos educandos pelas aulas.

Por sorte, eles também elencaram fatores positivos que contribuem para a utilização do tempo escolar, fatores esses observados junto aos 50% que destacou a parceria com o professor, 34% o eficiente plano de trabalho docente mediado de maneira eficaz e 16% as aulas geminadas.

Os pedagogos foram questionados, também, sobre de que forma seu trabalho pode colaborar com o docente na organização do tempo escolar. 50% afirmou a elaboração do Plano de Trabalho Docente, 34% na mediação do trabalho docente e encaminhamento das atividades pedagógicas (apareceu aqui justificativa de que muitos professores fixam seu tempo em cópias sem fundamento) e 16% acredita que deveriam assessorar o professor no uso de matérias didáticos.

Foi questionado, também, sobre os documentos que a equipe pedagógica considera importantes para a qualidade do tempo escolar. 18% atribuíram ao calendário escolar, 17% ao regimento escolar, 17% à lei de diretrizes e bases da educação, 11% ao plano de trabalho docente, 11% ao projeto político pedagógico, 5% à matriz curricular de cada disciplina, 5% às diretrizes curriculares e, finalmente, os demais 5% à Deliberação 02/2002 do Estado do Paraná.

Soares (2011) nos revela que, mesmo quando a equipe pedagógica tem clara sua responsabilidade de organizar o trabalho pedagógico da escola, pode não encontrar apoio por parte da direção escolar, dificultando com isso ações que cuidariam da melhoria da qualidade de ensino. É necessário, portanto, que haja uma

estreita relação entre o trabalho da equipe pedagógica e da gestão escolar. A fala dos professores nos revela que há experiências positivas com uma visão renovada do papel do pedagogo, superando a antiga visão de “fiscalizador”, mas sim de alguém que acompanha o processo ensino aprendizagem, estabelecendo parceria com o professor: “[...] Penso que o trabalho do coordenador pedagógico é mais satisfatório quando ele atua como um cooperador do professor, criando estratégias com alternativas de ações em prol da aprendizagem. Hoje não cabe mais a coordenação pedagógica aquele papel de burocrata [...]” (PROFESSOR C).

Aproveitando esse momento, apresentamos a visão dos professores em relação ao tempo escolar.

A pesquisa realizada junto aos professores revelou que 66% deles não consegue desenvolver seu trabalho de maneira eficaz dentro do tempo escolar. Quanto aos fatores que contribuem para o aproveitamento do tempo escolar 50% atribui à boa interação entre educadores e educandos, 25% a uma escola bem organizada e os demais, 25% credita à necessidade de acesso à internet.

Quanto aos elementos que dificultam o aproveitamento desse tempo, 30% dos professores destacou o desinteresse dos alunos pelas aulas, 10% à falta de material didático, 10% ao curto espaço de tempo de cada aula, 10% à hora atividade insuficiente (planejamento), 10% às conversas paralelas por parte dos alunos, 10% à falta de um maior envolvimento familiar, 10% ao uso inadequado de aparelhos eletrônicos e os últimos 10% à carência de um laboratório apropriado para cada disciplina.

Ao serem questionados como o trabalho da equipe pedagógica pode colaborar na organização do tempo escolar, 50% dos professores afirmou que os pedagogos precisam intensificar um trabalho de orientação junto aos alunos, 25% acredita que é importante a parceria entre pedagogo e professor e 25% sugere que o pedagogo tenha uma maior interação nas atividades executadas em sala de aula. “[...] o relacionamento do pedagogo e do professor deve ser de socialização e não de fragmentação, pois ambos pretendemos a mesma coisa: o melhor desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem” (PROFESSORA A).

Desta forma, 58% dos professores definiram que o diário de classe é um dos documentos importantes para assegurar o tempo escolar e 42% afirmou ser o livro de ocorrências (onde fica registrado dados da aprendizagem e comportamento do aluno durante o ano) o melhor aliado ao trabalho escolar.

A resposta dada pela mesma professora pareceu-nos importante para concluir a visão da maioria dos educadores em relação ao aproveitamento escolar: “[...] enquanto a educação não for realmente prioridade e servir apenas como ‘bandeira’ para políticos em época de eleição, essa realidade não mudará. [...]” (PROFESSORA A).

As respostas dos professores revelaram que são muitos os desafios que os educadores enfrentam no cotidiano escolar, os quais podem interferir na qualidade do tempo destinado ao ensino-aprendizagem, entre eles podemos citar: definição clara dos objetivos da aula; proposta de metodologia e material didáticos adequados de acordo com os objetivos traçados; atividades diversificadas para atender os diferentes níveis de aprendizagem, as diferentes habilidades bem como alunos de inclusão; indisciplina, conversas paralelas, falta de atenção, uso indevido das tecnologias como, por exemplo, aparelhos celulares, definição do currículo essencial; adequação da grade quanto à carga horária de cada disciplina; inadimplência do aluno e do próprio docente, interrupções nas aulas como recados desnecessários, etc.

Soares (2011) ressalta que a organização do trabalho pedagógico é essencial, devendo ser bem planejada e estruturada. Dessa forma, a equipe pedagógica poderá compreender de que maneira o cotidiano da escola deve ser organizado com objetivo na aprendizagem dos alunos, pensando, portanto, diferentes estratégias metodológicas para garantir o sucesso escolar dos discentes. Estes encaminhamentos devem estar de acordo com as teorias filosóficas e metodológicas estabelecidos de forma coletiva no Projeto Político Pedagógico (PPP), no qual a equipe pedagógica é um dos seus articuladores. Diante das diversas funções da coordenação pedagógica, a organização e otimização do tempo e espaço na esfera escolar, com certeza é um desafio no qual ele pode atuar, orientando o trabalho do professor.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO NA ESCOLA PESQUISADA

A revisão bibliográfica e os apontamentos de alunos, pedagogos e professores revelaram a complexa situação em que a educação se encontra. Enquanto distante do espaço escolar discutem-se questões burocráticas

relacionadas à educação, tais como números, avaliações externas (IDEB, Prova Brasil, SAEB, SAEP, etc.) financiamentos, investimentos, políticas públicas, entre outros, no chão da escola discutem-se questões talvez não mais relevantes, porém, mais aproximadas do fazer pedagógico, como, por exemplo, a utilização do tempo escolar, que foi o assunto desta pesquisa.

Percebemos que a escola pesquisada não está satisfatoriamente organizada de forma a garantir o bom uso do tempo escolar. Embora os atores da escola procurem organizá-la da melhor forma possível, é na sala de aula que o conhecimento se processa e é justamente neste local que fatores agravantes como desinteresse, utilização indevida de aparelhos eletrônicos, conversas paralelas e desarticuladas ao conteúdo, aulas mal preparadas, professores/as insatisfeitos com a profissão, doentes, falta de estrutura das instituições, falta de apoio familiar, interferem na garantia da aprendizagem.

Ao analisar o fato dos professores elegerem o “Livro de Ocorrências” e o “Diário de Classe” como documentos importantes para assegurar a quantidade e a qualidade do tempo escolar, vemos o quanto a interação professor/aluno ainda está pautada sobre a ótica de uma postura autoritária e repressiva. Atitudes de indisciplina e conflitos, muitas vezes são controladas pela barganha de notas altas/baixas e pela punição.

É preciso destacar que se torna necessária a superação da escola vista como empresa, onde alunos são indivíduos passivos e uniformes, dando espaço ao trabalho pedagógico que preze por atividades estimulantes e criativas. Em muitas situações, a indisciplina ocorre a partir de uma situação de conflito e enfrentamento entre aluno e professor. Equipe Pedagógica e professores precisam juntos fazer este enfrentamento, onde uma das saídas pode ser a construção de regras/combinados juntamente com a turma. Não é raro a indisciplina ocorrer porque os alunos não entendem o conteúdo ou acham as aulas cansativas. Percebemos no decorrer desta pesquisa que os próprios alunos reconhecem os momentos de indisciplina e a necessidade da sua superação, bem como valorizam os professores que mantém a disciplina sem necessidade do autoritarismo promovendo a construção da criatividade.

Sabemos que a solução desses problemas passa por uma esfera complexa, no entanto, não podemos desistir, pois lutar por uma educação de qualidade deve ser uma constante no trabalho de educadores comprometidos com a formação

científica e cultural dos educandos. Ademais, para alguns alunos e pais essa preocupação também é comum, o que comprova que a educação escolar ainda possui caráter significativo na sociedade atual, principalmente sabendo do fato que a escola pública geralmente é a única forma de acesso ao saber elaborado a que essas famílias têm acesso.

Destacamos a importante contribuição que trouxe o surgimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação no que tange a ampliação e valorização da permanência do educando na escola. Porém, reconhecemos sua limitação em, por si só, assegurar a qualidade deste tempo escolar. Torna-se necessário, por parte dos educadores e pelas políticas públicas, além de assegurar a carga horária mínima de dias letivos designados pelos documentos legais, zelar pela prioridade da qualidade na aquisição dos conteúdos escolares. É urgente que o uso da escola a serviço de interesses corporativistas ceda lugar para a realização do seu objetivo maior que é o acesso ao saber elaborado.

Diante dessas considerações, algumas questões como: o que fazer para evitar as aulas vagas? Como o ensino deve conviver com os inevitáveis aparelhos celulares, fones de ouvido e outras tecnologias da informação e comunicação? O que fazer para despertar interesse nos alunos? Como cobrar dos professores uma postura mais eficiente em relação à aplicação do plano de trabalho docente e ao domínio de sala? Enfim, são questões que não foram esgotadas neste estudo e que necessitam da continuidade de pesquisas deste gênero a fim de que possamos contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Em meio a tantas funções desempenhadas hoje pela coordenação pedagógica, observamos que seu trabalho não está sendo desenvolvido de maneira satisfatória, mas que consegue projetar e realizar algumas ações juntos a alunos e professores com o intuito do melhor aproveitamento do tempo escolar. Para que esse desafio seja superado, é necessário o desenvolvimento de pesquisas que invistam no conhecimento da organização do tempo escolar, razão pela qual se defende a importância de novas investigações que procurem conhecer as práticas que a norteiam e a atuação das pessoas que nela estão envolvidos, a fim de oportunizar a reflexão e implementação de novas possibilidades de intervenção que promovam mudanças significativas em relação ao aproveitamento do tempo escolar.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do Trabalho Científico**. Acessado em: 15 abr de 2014. Disponível em: portal.virtual.ufpb.br/...ioteca-virtual/files/pub...

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96, de dois de dezembro de 1996. Publicada no Diário Oficial da União, de 23 de dezembro de 1996.

COSTA, Renata. **O que define um dia letivo?** Acessado em: 02 abr de 2014. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/legislacao/define-dia-letivo-491362.shtml>

DEWEY, John. **Experiência e educação**. 2ªed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

ENQUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FRAGA, Nuno (org.) **Imagens Organizacionais da Escola: “Escola como Empresa e Escola como Democracia”**. Centro de Ciências Sociais, 2010.

GARCIA, Tânia Maria F. Braga. **A riqueza do tempo perdido**, São Paulo, Educação e Pesquisa, vol25, 1999.

GENTILI, P & SILVA, T. T. da (Orgs.). **Escola S.A. Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996, p. 20-21.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo; EPU, 1986.

NAJMANOVICH, Denise. **O sujeito encarnado: questões para pesquisa no/do cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PETITAT, André. **Produção da escola/ produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Trad. de Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

POUBEL, Idelvon da Silva. MOURA, Bruno. “Se vira nos 50” Reflexão sobre a sala de aula – seus espaços e tempos, **Revista Face** nº 2, 2009.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1984.

SOARES, Andrey Felipe Cé. **Gestão escolar e coordenação pedagógica: uma relação complexa-** Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Uni valí, 2011.